

CÓD: OP-067FV-23 7908403533060

COLÉGIOS EMBRAER INSTITUTO EMBRAER DE EDUCAÇÃO E PESQUISA

Ensino Médio

A APOSTILA PREPARATÓRIA É ELABORADA ANTES DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL OFICIAL COM BASE NO EDITAL ANTERIOR, PARA QUE O ALUNO ANTECIPE SEUS ESTUDOS.

ÍNDICE

Língua Portuguesa

	Interpretação de texto;			
2.	Sinônimos e antônimos;			
3.	Ortografia oficial;			
	Flexão de gênero, número e grau do substantivo e do adjetivo; emprego de pronomes e verbos; emprego de preposições e conjunções;			
5.	Crase;			
6.	Concordância nominal e verbal;			
7.	Acentuação;			
8.	Sintaxe: tipos de sujeito e tipos de predicado.			
:iê	ncias Humanas			
1.	A Globalização e o papel dos blocos econômicos na economia mundial;			
2.	Noções gerais sobre o cenário econômico global;			
3.	Noções básicas de cartografia, coordenadas geográficas e funcionamento do sistema de fusos horários;			
4.	O mundo contemporâneo: a organização geopolítica após o 11 de setembro;			
5.	As questões ambientais;			
5.	O processo de industrialização e urbanização do Brasil na segunda metade do século XX e as suas consequências;			
	A estrutura fundiária no Brasil: estrutura fundiária colonial, o êxodo rural: causas e consequências, a luta pela terra no Brasil atual;			
	A organização do trabalho no Brasil: a escravidão, o papel dos imigrantes no século XIX e a conquista dos direitos trabalhistas;			
9.	Antiguidade clássica (Grécia e Roma);			
10.	Feudalismo;			
11.	Idade Moderna;			
12.	Idade Contemporânea,			
13.	Brasil Colônia, Império e República;			
14.	Conceitos de tempo cronológico e tempo histórico			
Иа	ntemática			
	Operações com números inteiros e fracionários; números racionais relativos; operações com radicais; racionalização de denominador			
2.	Sistema de medidas usuais			
	Regra de três simples			
	Porcentagem			
	Juros simples			
	Equação do primeiro grau e sistema simples do primeiro grau; equação simples do segundo grau			
ô.	Geometria plana (perímetro e área de triângulos, retângulos, quadriláteros e círculo); Teorema de Pitágoras			
6. 7.				

ÍNDICE

Ciências Naturais

1.	Desenvolvimento sustentável e impactos ambientais	171
2.	Desflorestamento e suas consequências	173
3.	Problemas sociais e de saúde	174
4.	Relações dos seres vivos com o ambiente	179
5.	Características bióticas e abióticas dos ecossistemas	179
6.	Problemas da agricultura convencional	180
7.	Redução, reutilização e reciclagem de resíduos	180
8.	Organização do organismo.	185
9.	Noções de astronomia	224
10.	Interpretação de tabelas e gráficos	230
11.	Método científico	232
12.	Escalas de grandezas	236
13.	Representação dos estados sólido, líquido e gasoso	236
14.	Conceitos de densidade, massa, peso e solubilidade	239
15.	Diferenciar calor e temperatura	240
16.	Diferenciar fenômeno químico de físico	246
17.	Misturas e métodos de separação	248
18.	Estação de tratamento de água	252
19.	Elementos químicos	268

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- 1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- 3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- 5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- ContoCrônica
- E-mail

- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada "Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas".

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valemos para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

"A imaginação é mais importante do que o conhecimento."

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto. In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio "Mais vale um pássaro na mão do que dois voando".

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz "A é igual a B", "B é igual a C", "então A é igual a C", estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma "Amigo de amigo meu é meu amigo" não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.
- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapesada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

"O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos."

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS Nome do Cargo

A GLOBALIZAÇÃO E O PAPEL DOS BLOCOS ECONÔMICOS NA ECONOMIA MUNDIAL

GUERRAS, DOUTRINAS E GLOBALIZAÇÃO

Dentro do contexto pré-estabelecido vamos discorrer sobre a primeira e segunda guerra, nas quais a economia e as expansões foram pontos chave nos conflitos. Vamos discorrer também sobre doutrinas econômicas-políticas, integração financeira e cultural das nações.

Primeira Guerra Mundial



Os Antecedentes

No contexto antecedente a primeira guerra, temos no continente europeu um período que ficou conhecido como "Belle Époque". Este período ocorreu junto com a Revolução Industrial marcado por grandes avanços tecnológicos e prosperidade econômica. Apesar desse ambiente favorável várias alianças foram sendo construídas, tornando a guerra mais iminente. Um período que ficou conhecido como a "Paz armada".

As Causas

O período da "Paz armada" foi marcado também pela política imperialista de expansão, domínio territorial e cultural sobre outras nações. Essa disputa imperialista, sobretudo do continente africano, beneficiava alguns países (Inglaterra e França, por exemplo), enquanto outros países (Itália e Alemanha) não eram beneficiados. As principais potencias europeias desejavam matéria prima, fontes de energia, mão de obra barata, mercado consumidor, etc., e a disputa pela África, Ásia e Oceania tornava-se evidente dentro do contexto industrial da época.



Outra causa impactante foram os movimentos nacionalistas — conjunto de pessoas unidas num mesmo território por tradições, línguas e culturas etc. Essas pessoas queriam ser leais ao seu território, aflorando mais o conflito. Dentro deste contexto tivemos dois movimentos importantes, que vemos a seguir:

Revanchismo francês

A França estava tomada de um sentimento de vingança, pois havia perdido a guerra Franco-Prussiana e foi humilhada pelo imperador alemão.

- Questão Turca e a Questão Balcânica



Essa região sempre foi muito instável, devido a junção de vários povos. Nesse período houve a degradação do império turco-otomano que dominava a região. Dentro deste contexto, surgem vários povos que lutam entre si, onde as grandes potências da época se dividem apoiando um ou outro visando interesses na região.

Com isso surgiram duas alianças: A Aliança Entente formada pela Rússia, Reino Unido e França e a Tríplice Aliança composta pela Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália.

O Conflito

Vamos dividir a guerra em três fases:

1ª Fase: Guerra à moda antiga, onde a ideia era invadir o território do inimigo e subjulgá-lo.

Este é um modelo de movimentação de tropas, que consistia de um ataque de cavalaria acompanhada pela infantaria.

2ª Fase: Foi uma fase de uma guerra mais estratégica em que trincheiras eram construídas com o objetivo de alcançar pontos estratégicos, tais como portos, pontes, etc.



3ª Fase: Na terceira fase da guerra foram utilizadas novas armas bélicas, aviões de caça, tanques e adesão de um grande contingente de soldados americanos.

Nesse cenário, os Estados Unidos, que até então era um fornecedor de empréstimos, armas, alimentos e produtos têxteis para a Inglaterra e França, entra na guerra a partir da 2ª fase e define a vitória para a Tríplice Entente.



Foto de soldados americanos em material de publicidade de recrutamento (Foto: Flickr/U.S National Archives)

As Consequências

As consequências da guerra foram diversas. Tivemos uma instabilidade política e econômica com inúmeras mortes e reconfiguração territorial. Além disso foi criado o Tratado de Versalhes, que impôs severas restrições e condições à Alemanha. Foi criada ainda a Liga das Nacões sem o apoio dos EUA.

Este cenário favoreceu os alemães que voltaram a criar políticas expansionistas nos anos 30, por meio de Hitler, e iniciar a segunda guerra mundial.

O nazifascismo e a segunda guerra mundial



Os Antecedentes e causas

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito militar global que ocorreu entre 1939 a 1945, envolvendo as grandes potências da época. Foram organizadas duas alianças militares que guerrearam: os Aliados (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos) e o eixo (Alemanha, Itália e Japão), posteriormente outros países se juntaram a um grupo ou ao outro, mas os países citados foram os principais.

A Segunda Guerra Mundial é consequência do que não foi bem resolvido na Primeira Guerra Mundial. O domínio de áreas, mercados econômicos, tendo como ponto chave a política expansionista alemã, querendo dominar territórios interessantes também a grandes potências foram as causas da guerra. Nesse sentido foram criadas várias negociações para limitar os territórios na tentativa de evitar um conflito.

Dentro deste contexto a Alemanha invade e toma a Tchecoslováquia, e Neville Chamberlain (ex-Primeiro-ministro da Inglaterra) convoca a Conferência de Munique. Essa conferência estabelece que os alemães poderiam ficar somente com a região dos Sudetos. O objetivo era impedir que os nazistas invadissem a Polônia, país que interessava comercialmente a países como Inglaterra

Adolf Hitler, entretanto queria dominar a Polônia, e rompe os acordos declarando uma possível guerra contra Inglaterra, França e União Soviética.

Nesse contexto os alemães, por meio de Adolf Hitler se aliam ao Grupo da União Soviética dividindo a Polônia em duas partes, através do pacto de não agressão germano-soviético.

Oito dias depois, Hitler rompe o acordo com a União Soviética e a Alemanha invade o corredor polonês, região da Polônia que havia negociado com a União Soviética, iniciando assim a Segunda Guerra Mundial.



O Conflito

Abaixo relatamos alguns eventos relevantes da segunda guerra mundial.

- Em 1940, a Alemanha invade quase inteiramente a França, dividindo-a em duas partes.
- Em 1941 Hitler invade a Rússia, na operação chamada Barba Ruiva, rompendo com o pacto realizado com a União Soviética e provocando a entrada desta na guerra.
- Nesse mesmo ano, os japoneses atacam a base naval Pearl Harbor nos Estados Unidos, provocando a entrada dos Estados Unidos na guerra.
- Nesse contexto de guerra temos de um lado o eixo (Alemanha, Itália e Japão) e do outro lado os aliados (Inglaterra, França, EUA e URSS).
- Até o ano de 1942, a guerra é dominada pelo eixo, mas a partir de então sofre uma série de derrotas, dentre as quais temos como destaque a Batalha de Stalingrado (1942-1943) na qual a Alemanha é derrotada e inicia seu recuo na frente oriental.
 - Nesse mesmo ano, ocorre o cerco de Roma, no qual Mussolini (líder do movimento fascista) foi preso e a Itália saiu da guerra.
- Em 1944, aconteceu o Dia D, a maior operação militar da história, na qual os Aliados recuperam a França das tropas alemãs, por meio do desembarque de milhares de tropas nas praias Normandia.



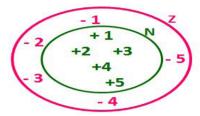
- Em 1945, acontece a batalha e o Cerco à Berlim, no qual as tropas soviéticas cercam a capital alemã e Hitler comete suicídio.
- Os japoneses continuavam a atacar os pontos estratégicos dos Estados Unidos, que promovem então os bombardeios atômicos à Hiroshima e a Nagasaki, encerrando a guerra, culminando assim a vitória dos aliados.

MATEMÁTICA

OPERAÇÕES COM NÚMEROS INTEIROS E FRACIONÁRIOS; NÚMEROS RACIONAIS RELATIVOS; OPERAÇÕES COM RADICAIS; RACIONALIZAÇÃO DE DENOMINADOR

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais N = {0, 1, 2, 3, 4,..., n,...},(N C Z); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



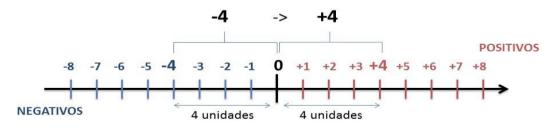
N C Z (N está contido em Z)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z ₊	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z* ₊	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z*_	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por | |. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: (+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0

Operações

• Soma ou Adição: Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• Subtração: empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA - AGENTE EDUCACIONAL - VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando "atitudes positivas" e "atitudes negativas", no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas

20.4=80

30.(-1)=-30

80-30=50

Resposta: A

- Multiplicação: é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b, pode ser indicado por a x b, a . b ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.
- Divisão: a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENCÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
 - 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a REGRA DE SINAIS:

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo.

Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo.

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: 8.2 = 16 cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

52 - 16 = 36 cm de altura de livros de 3 cm

36:3 = 12 livros de 3 cm

O total de livros da pilha: 8 + 12 = 20 livros ao todo.

Resposta: D

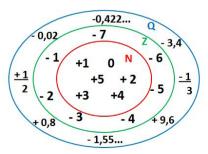
- Potenciação: A potência aⁿ do número inteiro a, é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente. a^n = a x a x a x a x ... x a , a é multiplicado por *a n* vezes. Tenha em mente que:
 - Toda potência de base positiva é um número inteiro positivo.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número inteiro positivo.
- Toda potência de base negativa e expoente ímpar é um número inteiro negativo.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3$. $(-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8$: $(-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5.2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1 e (-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{1}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	$Q_{_{\!\scriptscriptstyle\perp}}$	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q* ₊	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q*_	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis: 1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5}$$
 = 0,4

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3}$$
 = 0,333...

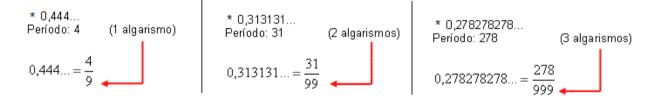
Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

- Simples: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repeti infinitamente. Exemplos:



Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

CIÊNCIAS NATURAIS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E IMPACTOS AMBIENTAIS

O conceito de desenvolvimento sustentável foi oficialmente declarado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia, e, por isso, também chamada de Conferência de Estocolmo. A importância da elaboração do conceito, nessa época, foi a de unir as noções de crescimento e desenvolvimento econômico com a preservação da natureza, questões que, até então, eram vistas de forma separada.

Em 1987, foi elaborado o Relatório "Nosso Futuro Comum", mais conhecido como Relatório Brundtland, que formalizou o termo desenvolvimento sustentável e o tornou de conhecimento público mundial. Em 1992, durante a ECO-92, o conceito "satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" tornou-se o eixo principal da conferência, concentrando os esforços internacionais para o atendimento dessa premissa. Com esse objetivo, foi elaborada a Agenda 21, com vistas a diminuir os impactos gerados pelo aumento do consumo e do crescimento da economia pelo mundo.

Medidas Sustentáveis

Dentre as medidas que podem ser adotadas tanto pelos governos quanto pela sociedade civil em geral para a construção de um mundo pautado na sustentabilidade, podemos citar:

- redução ou eliminação do desmatamento;
- reflorestamento de áreas naturais devastadas;
- preservação das áreas de proteção ambiental, como reservas e unidades de conservação de matas ciliares;
- fiscalização, por parte do governo e da população, de atos de degradação ao meio ambiente;
- adoção da política dos 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar) ou dos 5Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar);
- contenção na produção de lixo e direcioná-lo corretamente para a diminuição de seus impactos;
 - diminuição da incidência de queimadas;
- diminuição da emissão de poluentes na atmosfera, tanto pelas chaminés das indústrias quanto pelos escapamentos de veículos e outros;
- opção por fontes limpas de produção de energia que não gerem impactos ambientais em larga e média escala;
- adoção de formas de conscientizar o meio político e social das medidas acimas apresentadas.

Essas medidas são, portanto, formas viáveis e práticas de se construir uma sociedade sustentável que não comprometa o meio natural tanto na atualidade quanto para o futuro a médio e longo prazo.

Desenvolvimento Sustentável Urbano

O tema desenvolvimento sustentável está intimamente relacionado com mudanças de comportamentos que contribuam para que os indivíduos vivam em harmonia com os recursos naturais e com o meio ambiente, sem comprometer a capacidade das geracões futuras de suprir suas próprias necessidades.

Nos países industrializados, os padrões de consumo das cidades representam uma pressão muito séria sobre o ecossistema global, ao passo que no mundo em desenvolvimento os assentamentos humanos necessitam de mais matéria-prima, energia e desenvolvimento econômico simplesmente para superar seus problemas econômicos e sociais básicos.

Nesse sentido, os processos de urbanização estão diretamente relacionados com aumento dos impactos ambientais. O processo de Industrialização e seus efeitos para a poluição do meio ambientem, e as aglomerações urbanas são dois exemplos impactantes desse processo, tendo em vista que produzem grande consumo energético, movimentações de terra e impermeabilização do solo, desflorestamento, alto nível de emissões de gases poluentes, poluição dos corpos d'água, contaminação do solo e problemas ambientais diretamente decorrentes da urbanização.

Dentre as prioridades do desenvolvimento sustentável podemos mencionar¹:

- manter as cidades arborizadas;
- ruas e calçadas limpas, dotadas de segurança, acessibilidade, sinalização e iluminação adequada;
- incentivar a locomoção a pé ou o uso de bicicletas, que além de reduzir a poluição evitam o sedentarismo:
- incentivar um planejamento sustentável de forma que os bairros possuam estruturas tais como comércio, farmácias, supermercados, padarias e academias, evitando longos deslocamentos da população, evitando engarrafamentos, poluição e estresse;
 - otimização do uso da água e energia;
 - criar espaços públicos de convivência, atraentes e seguros;
 - equilíbrio entre áreas verdes e áreas construídas;
 - correta destinação dos resíduos sólidos;
 - redução da poluição sonora;

Construção Sustentável²

O setor da construção civil tem papel fundamental para a realização dos objetivos globais do desenvolvimento sustentável.

O Conselho Internacional da Construção — CIB aponta a indústria da construção como o setor de atividades humanas que mais consome recursos naturais e utiliza energia de forma intensiva, gerando consideráveis impactos ambientais.

Além dos impactos relacionados ao consumo de matéria e energia, há aqueles associados à geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos. Estima-se que mais de 50% dos resíduos sólidos ge-

¹ Adaptado de: http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/ecod-basico-ur-banismo-sustentavel

² http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/ item/8059.html

rados pelo conjunto das atividades humanas sejam provenientes da construção. Tais aspectos ambientais, somados à qualidade de vida que o ambiente construído proporciona, sintetizam as relações entre construção e meio ambiente.

A busca de minimizar os impactos ambientais provocados pela construção, surge o paradigma da construção sustentável. No âmbito da Agenda 21 para a Construção Sustentável em Países em Desenvolvimento, a construção sustentável é definida como: "um processo holístico que aspira a restauração e manutenção da harmonia entre os ambientes natural e construído, e a criação de assentamentos que afirmem a dignidade humana e encorajem a equidade econômica". No contexto do desenvolvimento sustentável, o conceito transcende a sustentabilidade ambiental, para abraçar a sustentabilidade econômica e social, que enfatiza a adição de valor à qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades.

Os desafios para o setor da construção são diversos, porém, em síntese, consistem na redução e otimização do consumo de materiais e energia, na redução dos resíduos gerados, na preservação do ambiente natural e na melhoria da qualidade do ambiente construído. Para tanto, recomenda-se:

- mudança dos conceitos da arquitetura convencional na direção de projetos flexíveis com possibilidade de readequação para futuras mudanças de uso e atendimento de novas necessidades, reduzindo as demolições;
- busca de soluções que potencializem o uso racional de energia ou de energias renováveis;
 - gestão ecológica da água;
 - redução do uso de materiais com alto impacto ambiental;
- redução dos resíduos da construção com modulação de componentes para diminuir perdas e especificações que permitam a reutilização de materiais.

Além disso, a construção e o gerenciamento do ambiente construído devem ser encarados dentro da perspectiva de ciclo de vida.

Os governos municipais possuem grande potencial de atuação na temática das construções sustentáveis. As prefeituras podem induzir e fomentar boas práticas por meio da legislação urbanística e código de edificações, incentivos tributários e convênios com as concessionárias dos serviços públicos de água, esgotos e energia.

Mobilidade Sustentável³

A questão da mobilidade urbana surge como um novo desafio às políticas ambientais e urbanas, num cenário de desenvolvimento social e econômico do país, no qual as crescentes taxas de urbanização, as limitações das políticas públicas de transporte coletivo e a retomada do crescimento econômico têm implicado num aumento expressivo da motorização individual (automóveis e motocicletas), bem como da frota de veículos dedicados ao transporte de cargas.

Em outras palavras, o padrão de mobilidade centrado no transporte motorizado individual mostra-se insustentável, tanto no que se refere à proteção ambiental quanto no atendimento das necessidades de deslocamento que caracterizam a vida urbana. A resposta tradicional aos problemas de congestionamento, por meio do aumento da capacidade viária, estimula o uso do carro e gera novos congestionamentos, alimentando um ciclo vicioso responsável pela degradação da qualidade do ar, aquecimento global e comprometi-

3 http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/ item/8060.html mento da qualidade de vida nas cidades (aumento significativo nos níveis de ruídos, perda de tempo, degradação do espaço público, atropelamentos e stress).

A necessidade de mudanças profundas nos padrões tradicionais de mobilidade, na perspectiva de cidades mais justas e sustentáveis, levou à recente aprovação da Lei Federal nº 12.587 de 2012, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana e contém princípios, diretrizes e instrumentos fundamentais para o processo de transição. Dentre estes, vale destacar:

- integração (da Política Nacional de Mobilidade Urbana) com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos;
- prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;
 - integração entre os modos e serviços de transporte urbano;
- mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;
- incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;
- priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado;
- restrição e controle de acesso e circulação, permanente ou temporário, de veículos motorizados em locais e horários predeterminados;
- aplicação de tributos sobre modos e serviços de transporte urbano pela utilização da infraestrutura urbana, visando a desestimular o uso de determinados modos e serviços de mobilidade, vinculando-se a receita à aplicação exclusiva em infraestrutura urbana destinada ao transporte público coletivo e ao transporte não motorizado e no financiamento do subsídio público da tarifa de transporte público, na forma da lei;
- dedicação de espaço exclusivo nas vias públicas para os serviços de transporte público coletivo e modos de transporte não motorizados;
- monitoramento e controle das emissões dos gases de efeito local e de efeito estufa dos modos de transporte motorizado, facultando a restrição de acesso a determinadas vias em razão da criticidade dos índices de emissões de poluição.

Prevenção de Desastres⁴

Mais recentemente, num contexto de crescimento econômico e de compromisso do governo brasileiro com a erradicação da miséria e resgate da dívida social, a vulnerabilidade aos desastres permanece como um desafio que vem sendo enfrentado.

O Programa de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, dirigido ao fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil (SIN-DEC), por meio de um conjunto articulado de ações que incluem desenvolvimento institucional e intervenções estruturais, corretivas e preventivas, conta com crescente destinação de recursos orçamentários, que aumentaram de R\$ 130 milhões em 2004 para R\$ 3 bilhões em 2010.

Entre os fatores que justificam esse aumento de recursos, além do compromisso já mencionado, há também a maior frequência e <u>intensidade de eve</u>ntos climáticos extremos.

4 http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/item/8061.html

Segundo dados da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, que coordena grande parte das ações do Programa, o Executivo Federal emitiu, entre 2003 e 2009, um total de 10.803 Portarias de reconhecimento de situações de emergência ou estado de calamidade pública em municípios brasileiros.

A média anual de cerca de 1.500 Portarias emitidas foi superada em 2010 com a emissão de 2.765 Portarias. A distribuição geográfica dessas ocorrências denota sua grande concentração nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, que são justamente as mais urbanizadas do país.

O sucesso do Programa, especialmente em áreas urbanas, depende diretamente de iniciativas da instância de poder municipal, tanto nas ações de resposta aos desastres – alerta, socorro, assistência às vítimas e reconstrução de áreas atingidas - quanto nas ações preventivas diretamente relacionadas às competências municipais sobre o planejamento e gestão do desenvolvimento urbano.

Para dar apoio aos municípios nessas questões, o Programa de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres prevê o mapeamento das áreas ambientalmente frágeis – geralmente áreas de preservação permanente definidas pelo Código Florestal – e o seu monitoramento, de forma a tornar efetivos o controle e fiscalização sobre as ocupações inadequadas de áreas de risco e a implementação das leis ambientais e urbanísticas.

No que se refere aos investimentos em intervenções estruturais de caráter preventivo, cabe destacar: o manejo adequado das águas pluviais mediante novos parâmetros para os projetos de drenagem; a implantação rápida de usos adequados em áreas onde ocorreu remoção de moradias em situação de risco, evitando-se novas ocupações; e a criação de parques e áreas de esporte e lazer em APP de margens de rios. É importante a participação das comunidades na elaboração dos projetos e acompanhamento das intervenções para a sua valorização e sustentabilidade.

Desenvolvimento Rural Sustentável

Entende-se como Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) um conjunto de práticas e tecnologias aplicadas ao meio rural que possibilite a exploração e utilização de recursos no meio rural, que podem ser no âmbito da agropecuário ou outro, tal como o turismo rural por exemplo, de forma a tender os critérios definidos internacionalmente para o Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável pressupõe a parceria entre governos e empresas para a reorientação do consumo e produção baseada na ética, transparência e factibilidade. À medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do território e seus recursos⁵.

Por esta razão, o crescimento sustentável na área rural também vem sendo um fator básico para o crescimento do país. Nesse sentido, a preocupação dos produtores agrícolas, tanto de grande ou pequeno porte, é desenvolver um modelo de agricultura que não traga danos ao meio ambiente e que promova uma crescimento economicamente viável, capaz inclusive de oferecer melhores condições para os trabalhadores.

O objetivo do desenvolvimento rural sustentável, portanto, é incentivar o uso adequado da terra e dos recursos naturais, seja nas áreas de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, Terras Indígenas ou Comunidades Extrativistas, nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) e nas áreas de produção agropecuária de tipo patronal/empresarial de grande escala.

5 https://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_rural_sustent%C3%A1vel

O Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, trabalha com diversos projetos na área de gestão ambiental sustentável:

Gestão Ambiental Rural (Gestar)6

Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o projeto de Gestão Ambiental Rural (Gestar) promove atividades de motivação, capacitação e engajamento com a participação dos moradores das comunidades e de representantes de organizações da sociedade civil, das escolas, das universidades e dos governos.

Entre seus objetivos estão:

- Estimular o uso de tecnologias ambientalmente corretas, com ênfase na segurança alimentar e no melhoramento tecnológico e financeiro dos participantes. O público são os moradores do meio rural que realizam atividades agrícolas, agroindustriais e de serviços.
- Estimular a conscientização dos moradores das comunidades sobre questões ambientais em espaços de discussão onde sejam geradas propostas de recuperação, de preservação e de conservação de áreas impactadas pela ação do homem.
- Apoiar pesquisas ambientais e o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, promover a identificação e facilitação de financiamentos nacionais e internacionais e de créditos que tenham relação com a gestão ambiental rural.

Dessa forma, verificamos que o desafio do desenvolvimento rural sustentável engloba duas metas principais: reverter o estágio atual de degradação dos ecossistemas provocada pela agropecuária, e ainda, promover, difundir e consolidar formas de desenvolvimento rural praticados em bases sustentáveis.

DESFLORESTAMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

No Brasil, o desflorestamento é resultado de longos anos de exploração desregulada dos recursos naturais e de ocupação da extensão territorial. A derrubada das matas é assinalada pelo exercício de importantes agentes da economia e pela omissão estatal na criação, na promoção e na fiscalização de políticas de prevenção do abate das florestas. As principais consequências desse processo depredativo são:

- desequilíbrio ambiental: ocorre em função da destruição da vegetação nativa. A extração dessa vegetação gera um enorme dano à biodiversidade, provoca a destruição do habitat de plantas, além de ter impacto direto no aumento do número de espécies em extinção.
- impactos ambientais: a série de consequências para o meio ambiente em decorrência do desflorestamento gera grande alteração no ecossistema local, modificando drasticamente as características biológicas e geográficas da área desflorestada.
- impactos sociais: as comunidades tradicionais e amplamente dependentes das florestas sofrem as consequências negativas da derrubada das árvores e extração da vegetação.
- mudança das condições climáticas: esse fenômeno tem sido constatado nas últimas décadas em todo o globo, sendo um de seus agentes a destruição cada vez mais intensa da vegetação nativa de diferentes biomas. Além disso, o aumento da temperatura e a inci-

6 http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2010/01/desenvolvimento-rural-sustentavel